

Só 47 mil contribuem para o Fisco

A legislação de registro comercial cria distorções entre o número de empresas constituídas e em funcionamento. Em Brasília, das 150 mil empresas que constam dos arquivos da Junta Comercial, apenas 47 mil de fato funcionam e contribuem para o Fisco. Nacionalmente, a diferença é da mesma ordem. De 10 milhões de empresas registradas três milhões e 500 mil operam hoje. A diferença entre os números de registro mercantil e de arrecadação gira em torno de 200%.

A lei em vigor permite que o registro seja guardado nos arquivos das juntas comerciais até que seja comunicado o encerramento da firma. Segundo o diretor do Departamento Nacional de Registro do Comércio (DNRC), Carlos Alberto Fernandes, apenas 15% dos encer-

ramentos de empresas são comunicados. A nova lei de registros de empresas mercantis e atividades afins, aprovada pelo Congresso em 18 de novembro último, tem regras diferentes.

Depois de ser regulamentada pelo Executivo, dentro de mais 60 dias, a nova legislação determinará que, após 10 anos sem qualquer movimentação, a empresa terá seu registro cancelado. "Temos uma sala enorme do nosso subsolo cheia de documentação de firmas que não existem mais ou nunca chegaram a existir", conta Paulo Henrique Gomes da Cruz, secretário-geral da Junta Comercial de Brasília.

Sobrevida — Mesmo tendo reduzido a sobrevida dos registros sem movimento da permanência indefinida para 10 anos, a nova lei conti-

nua a dar espaço para a discrepância de números. "Até completarem os 10 anos, teremos ainda nos arquivos muita firma que já não existe", explica Carlos Fernandes. Ele lembra que não há qualquer sanção para a falta de anúncio de fechamento de empresas.

O desempenho de registro do comércio é normalmente utilizado como dado complementar da avaliação do crescimento econômico de uma determinada região. Entretanto, os números das juntas têm de ser observados com cautela para que não seja levada em consideração uma fatia não mais ativa do setor. "Dá para ter uma idéia mesmo que aproximada do aquecimento ou arrefecimento da economia local", observa Gomes da Cruz, referindo-se ao arquivo da Junta. (A.W.)